

RESENHA CRÍTICA

Bruna Moreira da Motta

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil, esboço de uma interpretação histórico - metodológica* 41ª edição de 2014, editora Cortez.

1 CREDENCIAIS DOS AUTORES.

Marilda Vilela Iamamoto, bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1971), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É professora titular (aposentada) da Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular (aposentada) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atuando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Selecionada para o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística, PROCiência (FAPERJ/UERJ), Pesquisadora integrante do Programa de Estudos e Pesquisas Pensamento social e realidade brasileira na América Latina e do Centro de Estudos Octávio Ianni. Coordenadora do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social - NECLATSS. Ex-coordenadora Adjunta da CAPES para a área de Serviço Social (triênio 2008-2010). Tem experiência na área de Serviço Social e Sociologia Rural com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, história do serviço social, serviço social na divisão do trabalho, formação profissional e ensino superior. Autora de livros com várias edições e artigos em revistas nacionais e internacionais.

Raul Costa de Carvalho, graduado em licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da rede pública municipal e estadual na cidade de Gramado, RS.

2 RESENHA DA OBRA

O livro é constituído por duas partes, sendo que na primeira parte os autores discutem sobre relação do trabalho, conflitos de classe, o serviço social e a reprodução da força de trabalho.

No primeiro capítulo, fala sobre o indivíduo que produz e a troca de seus bens produzidos na conjuntura do modelo capitalista, dentro desse processo o que você produz vai definir suas relações sociais, tais relações são preponderantes para determinar categorias econômicas.

Portanto, o que define e da dinâmica para sua vida são as relações sociais e seu capital. O capital se expressa através de mercadoria e do dinheiro, diante do qual fica claro a dicotomia entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção, os que produzem na maior parte das vezes não são os mesmos que usufruem do bem que está sendo produzido.

No modelo capitalista e na divisão social do trabalho, a classe trabalhadora necessita ser útil, seja para realizar o trabalho ou satisfazer as necessidades sociais, intrinsecamente não precisa saber o valor do seu trabalho e nem do produto que produz, ser “escravo” do sistema é quase uma regra, basta aceitarmos, ao contrário não se alimentamos, não bebemos e muito menos se vestimos.

O trabalhador para sobreviver precisa vender sua força de trabalho, com a falsa ideia de quanto mais trabalho, maior será meu capital, isso dificilmente acontecerá, a classe trabalhadora não se aproxima da classe burguesa nem sequer no contexto histórico.

Geralmente quanto maior o valor do produto, maior será o trabalho empenhado para o processo de construção daquele objeto, a função específica do capitalismo é a produção de um sobre valor, arrecadar muito mais do que o salário que se paga ao trabalhador, o trabalhador ganha salários inferiores, se excede nas cargas horárias de trabalho, complemento, muitas vezes nem se apropria do que produz.

Todavia o homem precisa produzir para sobreviver, quando não inserido no mercado de trabalho não possuirá meios para subsistir, será um “ser insignificante”, então, sem meios para sua sobrevivência não resta outra opção ao trabalhador, senão

vender parte de si em troca de um valor para sua subsistência, valores que frequentemente são insuficientes.

No segundo capítulo, trata-se do serviço social como profissão. O Serviço Social passa a ser reconhecido na divisão social do trabalho, apontando a necessidade do fazer profissional pela mediação, em que pese construindo estratégias para atender as demandas do Estado, não podendo negar nenhum dos dois.

Quando a profissão chega no Brasil vinculado a igreja católica, se configurando uma profissão missionária, porém ameaçada pelo liberalismo e comunismo, onde os trabalhadores começam se mobilizar, assim surgindo a questão social que, “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade” (p. 84), a questão social veio para responder às expressões da questão social, conseqüentemente desenvolvendo políticas sociais, somente desta forma o profissional assistente social teve êxito na profissão, sempre procurando minimizar essas expressões..

Em 1920, com a mobilização da igreja católica, surgiu o serviço social como um departamento especializado da ação social, embasado em sua doutrina social, naquela época tinha que seguir as regras da igreja, não poderia ficar contra os princípios religiosos, embora a igreja desde o seu princípio é política. Entretanto, no decorrer do tempo a igreja irá se aliar a vários setores, principalmente o Estado.

Diante do exercício profissional, a autora explicita, como trabalhadores nós temos os direitos regidos por lei, o Estado nos dá a garantia desses direitos, ainda que se contradizendo, pois se estamos atuando na perspectiva de garantia dos direitos como não podemos contrariar o Estado.

Perante várias mobilizações do serviço social, acontece o movimento de reconceituação e a concretização da profissão, o profissional começa ter um olhar diferente para a profissão e para a sociedade, percebe que a hegemonia do capital traz demandas onde será necessária a intervenção do assistente social.

O livro ainda vai explanar sobre o CEAS (centro de estudo e ação social) que foi fundado em São Paulo, também com viés religioso e ajuda dos leigos, um centro para qualificar profissionais para as obras sociais, era uma formação doutrinária com aprofundamento dos problemas sociais.

O primeiro “curso intensivo de formação social” foi voltado para moças assistentes sociais da classe burguesa, para que elas pudessem trabalhar em instituições estatais, naquela época o serviço estava ligado às mulheres os homens foram se interessar pela profissão somente no século 20.

No capítulo III, vai ser articulado sobre o Estado Novo 1937, o Brasil deixa de ser uma república, o Estado novo se apresenta no momento de dar respostas às necessidades do processo de industrialização;

O Estado queria, na verdade, reprimir o trabalhador, delimitando movimentos reivindicatórios, tentando fazer com que o trabalhador fosse um alienado, pois a mesma mão que dá é a mesma que tira.

Perante várias opressões do Estado, a profissão foi se deparando com muitas fragilidades sociais, contudo foi se envolvendo fortemente com o Estado, através das grandes instituições.

Essas grandes instituições foram a LBA (legião Brasileira de Assistência), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o serviço social da indústria (Sesi), LBA foi a primeira grande instituição nacional de assistência social, vinculada à Previdência social e o Ministério do Trabalho, engajado na segunda guerra mundial, onde o propósito era resolver os problemas das famílias dos soldados, dos chefes do lar que sofreram algum dano na guerra.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), surge através de um decreto de lei federal, uma das primeiras instituições a incorporar o serviço social, foi o pontapé de um grande empreendimento na qualificação da força de trabalho, o Estado sempre preocupado com o capital a mais valia e ao exército industrial de reserva.

Por fim o serviço social da indústria (Sesi), ao SESI foi atribuído “estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador dentro da indústria”, quão dicotômico se olharmos para a realidade atual do país, essas grandes instituições perderam esse viés voltado ao trabalhador, embora ainda se tem o nome social, o trabalho das instituições é bem diferente.

No último capítulo a autora irá mencionar sobre atualização da profissão, as especificidades do serviço social, onde se dá a partir das demandas sociais, mesmo grande parte dos profissionais sendo contratada pelo Estado, esses criaram seus espaços, levando

em consideração que as conferências e os seminários foram preponderantes para esta efetivação.

O Serviço Social passou por transformações lentas, foram anos de movimentações, buscando reconhecimento profissional, lembrando que no decorrer de todo este tempo, foram desenvolvidas grandes instituições sociais, que deram êxito para o reconhecimento profissional.

3 CONCLUSÃO DA RESENHISTA

A profissão foi reconhecida depois de vários embates, nos anos 1960 e 1970 passou pelo movimento de reconceituação, rompendo com práticas tradicionais, expandindo o campo de atuação e criando o profissional crítico, tendo uma base teórica metodológica rica de informação.

O serviço social teve muitos desafios para conseguir o espaço que preenche atualmente, Yamamoto no livro nos propicia o processo reflexivo e o estudo aprofundado, diante disso indico para todos os acadêmicos e profissionais de serviço social sua leitura.

Quando conhecemos a profissão que vamos exercer, conseguimos ser profissionais ainda mais competentes, observe que a sociedade está em constante movimento, através disso se dá a importância da apropriação dos nossos espaços de trabalho e da apropriação das dimensões do serviço social.